**INFÂNCIAS INDÍGENAS: DESLOCAMENTOS E EXPULSÕES**

Fernanda de Azevedo Milanez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo (no mínimo 500 e no máximo 1.000 caracteres)

A pesquisa atual pretende (re)visitar as infâncias na condição dos deslocamentos forçados, como já desenvolvido na tese, considerando pensar esta categoria como aqueles que nunca deixarão de chegar. É pensá-los não mais como os sem voz, mas como os que trazem novas falas, novas visadas sobre o tempo passado e o agora. Desenvolver também um pensamento sobre o refúgio enquanto uma infância, considerando essa uma provocação que nos permita desembaçar dos olhos para enxergar aquilo e aqueles que nos fitam. Perceber a infância por esta ótica demarca um lugar político, na medida que se define determinado lado da história: o lado muitas vezes invisível, mas sempre presente, da criança. Essa pesquisa pretende direcionar o foco para infâncias indígenas brasileiras afetadas por recorrentes tragédias climáticas, destacando algumas grandes tragédias ambientais anunciadas e criminosas: o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana (MG), das margens do Rio Doce, ocorrido em 2015 e o rompimento da Barragem da Vale, em Brumadinho (MG), em 2019, responsáveis pelo deslocamento forçado do povo Krenak, e outros deslocamentos contemporâneos.

Palavras Chaves: Crianças indígenas – desastre ambiental – pesquisa com crianças – infância

Resumo Expandido (mínimo de 8.000 caracteres e um máximo de 12.000 caracteres, com espaços – incluindo tabelas e notas de rodapé ​e referências

O presente texto parte de reflexões desenvolvidas na tese defendida em março de 2022 - cujo título é “Fôlegos: tempos de infância em refúgio” -, onde estabeleceu-se um diálogo entre infâncias e refúgio, analisando contextos diversos do fenômeno contemporâneo dos deslocamentos forçados em diferentes territórios, sob ponto de vista de interlocutores crianças ficcionais (presentes na literatura infantil sobre o tema do refúgio) e reais. Tal fenômeno segue afetando a humanidade em todos os seus continentes, com ênfase nos países colonizados do hemisfério sul, considerando a movimentação de homens e mulheres de todas as idades, circulando por territórios na busca por espaços seguros.

Embora os números sejam alarmantes (quase 100 milhões em meados de 2023, de acordo com a agência ACNUR[[1]](#footnote-1),), a subjetividade do fenômeno que se amplia a cada dia, segue refletindo os efeitos do sistema capitalista perverso e predatório, na sua forma de ser e estar no mundo atual, incluindo o jeito com que lidamos com os recursos naturais e principalmente como organizamos a vida econômica, social e política, em meio a disputas por territórios e poder. Embora em condições distintas, a dinâmica de colocar pessoas da borda para fora é parte de um mesmo sistema predatório, onde crianças e mulheres são as principais vítimas.

Do ponto de vista da garantia de direitos descritas no papel da lei, as crianças estão na linha de frente, mas são elas as menos presentes nas estatísticas e nos discursos oficiais sobre o tema do deslocamento, que em sua maioria são produzidos por outros, no caso, os adultos. Não apenas muitas infâncias seguem continuamente silenciadas, mas também os refugiados, de quem, modo em geral, desviamos o olhar.

As relações coloniais inauguradas nas Américas já expulsavam e segregavam pessoas: desde aquelas levadas à força de seus territórios, como as escravizadas, que compõem o coletivo do povo que se vê arrancado de suas terras; como ainda antes deles, os invadidos, que, expulsos de seus espaços em múltiplas circunstâncias continuam se deslocando internamente em busca de condições seguras e dignas de vida. É no mínimo controverso que milhares de etnias indígenas continuem a fazer esse deslocamento dentro do próprio território, que os expulsa, os invisibiliza ou os expõem, quando há interesse em ter suas vidas expostas e exploradas midiaticamente.

Essa contraditória situação de cegueira e hiperexposição pode ser um exemplo da liquidez de Bauman (2001), conceito marcado por um movimento veloz de comunicações e ideias que, assim como estrelas cadentes impactam com suas certezas e logo depois desaparecem, inviabilizando estabilidades e praticamente paralisando-nos ao ver o pensamento correr.

Me senti convocada a um diálogo e a construção de uma linha tênue entre as crianças refugiadas de fora (na tese) e as de dentro (no pós doc), me questionando sobre as linhas fronteiriças que nomeiam esse status. Reconheci similaridades em contextos onde lhes faltava segurança, alimentação, saúde, moradia, citando apenas alguns desafios enfrentados por quem se desloca. São os *estranhos de dentro* como disse Bauman (2017), aqueles que vivem invisivelmente, privados dos mais básicos dos direitos, com os quais nos acostumamos a conviver.

Ao observar a realidade de *certas crianças* brasileiras, na especificidade das que precisaram historicamente se deslocar, reconheci nas infâncias indígenas vítimas de deslocamentos forçados, os sujeitos do estudo que realizo. Esses, a quem passo a identificar como refugiados internos[[2]](#footnote-2) - crianças de etnias indígenas que são recorrentemente expulsos de suas terras, são os interlocutores (ficcionais ou reais) desse estudo.

A vida dos Krenak sempre foi histórica e integralmente ligada ao Rio Doce, que não só os alimentava, como era importante fonte de sobrevivência, de cultura e na relação com o sagrado. Ao longo do tempo, todos aprenderam a nadar e a pescar nessas águas, como parte do aprendizado e desenvolvimento integral. Embora historicamente os Krenak tenham vivido a trágica e recorrente experiência de refugiados internos – desde os ancestrais botocudos -, lutando por sobrevivência, *sem lugar para descansar a cabeça* (KRENAK, 2022, p. 35), neste caso, com a morte do Rio Doce (desastres ambientais provocados pelas mineradoras Samarco e Vale em 2015 e 2019) há uma grande e grave incerteza sobre o futuro e por esta razão vêm me ocupando o pensamento:

Como vivem nestes últimos 08 anos pós desastre, as crianças Krenak, nascidas após a tragédia anunciada e por isso, sem a experiência e a vida com e no Rio Doce? Como vivem outras crianças indígenas que conheceram a convivência com os rios e a perderam? Como vivem jovens, adultos e velhos que tinham nos rios a ancoragem da vida, e que só podem acessá-las por meio de suas memórias de infância? Como vivem outras crianças indígenas com recorrentes experiências de deslocamentos forçados?

As indagações que nasceram, corroboraram para a construção do objetivo deste projeto, de aprofundar o olhar para *certas infâncias[[3]](#footnote-3)* brasileiras, invisibilizadas em sua condição de crianças indígenas impedidas em seu direito à convivência em seus ambientes de origem e compreender de que forma as experiências dos deslocamentos vem afetando o cotidiano dessas crianças. Um anseio por uma condição que não se faz presente mas que pode acender uma hipótese de que nessas infâncias, vive a potência da resistência dos povos originários. Nos últimos 20 anos os estudos que têm sido feitos com crianças indígenas demonstram que, a partir delas, se pode acessar temas tão amplos como parentesco, guerra, xamanismo, política, ontologia, regimes de conhecimentos e a noção de cultura (COHN, 2021)

 O antropólogo indiano Appadurai[[4]](#footnote-4) (2009) desenvolveu o conceito “geografia da raiva” para nomear o que identifica como um fenômeno recente em que povos inteiros e modos de vida são vistos como sendo perigosos e situados fora da esfera da humanidade, revelando aquilo que o autor define como “medo ao pequeno número”, expressão que dá título ao seu livro. A hipótese indica que as minorias são metáforas para o fracasso das nações, o que por consequência gera um impulso inconsciente de eliminá-las. Trata-se de um sentimento ancorado no ódio às minorias, que ultrapassa os conceitos já observados e conceituados como etnocídio ou genocídio, uma vez que não se refere a um estado ou regime político, mas a ideias de civilizações e ideologias inteiras dispostas em qualquer ponto do planeta.

Pensar nesse conceito de pequeno número ou minoria enquanto uma categoria social pode ser um gatilho para pensar também em seu reverso, ou seja, no caso dos Krenak e outras etnias que empenham suas lutas por direitos travadas historicamente dedicando suas vidas a cobrar e lutar por obrigações e políticas públicas de seus governantes ao longo da história, quando enfrentaram constantes massacres (re)conhecidos e recorrentes como “guerras justas” pelo governo colonial[[5]](#footnote-5). A ideia de minoria tecida pelo antropólogo se relaciona especificamente com o diferente, que nessa concepção carrega uma simbologia negativista, se referindo ao que não deu certo, aquilo que não se quer ver.

É a violência programada, a tragédia anunciada e a expulsão, oriundas das formações predatórias, como defende a socióloga Sasken (2016) que vemos acontecer repetidamente em desastres ambientais, cujo público diretamente atingido é composto por “*certas vidas*”.

É preciso honrar as vidas (e as mortes) que continuam invisíveis, ainda que em resistência. É com Cohn, Appadurai, Sassen, Krenak e outros autores indígenas que me aproximo do incomodo e inconformismo perante o descaso em relação a essas vidas e depois às mortes, no movimento de pensar no ser humano sem as marcações de fronteiras físicas e sociais, para além das medidas protetivas globais, que são, diga-se de passagem, elaborações eurocêntricas colonialistas.

A vida em sociedade tem nos mostrado que não bastou a criação da lei que pune os crimes contra a humanidade. É preciso uma estesia que permita nossa saída da cegueira social que nos impede de perceber a barbárie vivida no agora, no entorno da interface infâncias em refúgio interno, dando a ver a trágica condição de abandono e pobreza em que vivem as crianças indígenas. Esses povos, os esquecidos, invisíveis, são os que andam as bordas do planeta, as margens dos rios, nas beiras dos oceanos. São a sub-humanidade, como diz Krenak.

Neste sentido, ainda que haja uma visada em conceitos trazidos pelos autores apresentados acima, é por meio da literatura infantil e indígena que pretendo formar um arcabouço teórico capaz de me conduzir há uma compreensão sobre essa infância indígena contemporânea, pós catástrofe. Importa que tenha sido produzida pelos povos originários, para que tenha valia nesse estudo. Encontro parte desse esse acervo na livraria virtual MARACÀ[[6]](#footnote-6), que reúne um grande catálogo de literatura indígena brasileira, produzida por povos de diferentes regiões do país, que compartilham seus conhecimentos, tradições e histórias por meio da escrita.

A escrita indígena narrada em primeira pessoa destaca a dinâmica do ativismo e do engajamento desse povo historicamente marginalizado. Neste campo, percebo na produção teórica indígena em geral, na produção literária de mulheres indígenas, bem como na produção da literatura indígena infantil, acervos e substratos férteis aos diálogos com e sobre infâncias indígenas, que por conseguinte serão pertinentes aos outros diálogos e encontros pretendidos com os sujeitos da pesquisa.

Além da teoria social aprofundada por meio da literatura indígena, estão planejadas visitas a Aldeias indígenas nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, para observação do cotidiano e melhor compreensão sobre as experiências de deslocamentos vividas pelas crianças indígenas, comentadas por elas mesmas.

**REFERÊNCIAS**

APPADURAI, A.. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Illuminuras, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Editora Zahar, 2017.

COHN, Clarisse. **O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança**. Revista Horiz, antropol, Porto Alegre, ano 27, nº 60 p. 31-59, maio/ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?** Tradução: Serigo Lamarão E Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 85p, 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Futuro ancestral**. São Paulo: companhia das Letras, 2022.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução: Angélica Freitas – 1ª Edição – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016

1. [Hoje é o Dia Mundial do Refugiado, com mais de 110 milhões de refugiados no mundo - Brasil 247](https://www.brasil247.com/mundo/hoje-e-o-dia-mundial-do-refugiado-com-mais-de-110-milhoes-de-refugiados-no-mundo) [↑](#footnote-ref-1)
2. Embora o conceito de refúgio esteja relacionado a um contexto territorial, envolvendo o cruzamento de fronteiras, pretendo utilizar o termo “refugiado interno” no lugar de “deslocado interno”, como convencionalmente se expressa, para me referir àqueles que se deslocam dentro de seu próprio país, numa alusão ao refugiado que foge por si mesmo, que busca e retém forças internas, ancestrais. [↑](#footnote-ref-2)
3. Grifo meu: O termo em destaque carrega uma aproximação ao pensamento defendido por Judith Butler – vidas precárias – sobre as múltiplas formas de subordinação e opressão a que são submetidos determinados grupos sociais - *certas vidas* - demarcam as desigualdades que definem quais vidas e corpos são mais ou menos precários. Se relaciona a condição em que vivem e morrem as crianças sujeitos deste estudo. [↑](#footnote-ref-3)
4. Arjun Appadurai é um antropólogo indiano, professor de ciências sociais que escreve sobre globalização e modernidade. Seu livro consta nas referencias bibliográficas. <https://canaltech.com.br/cinema/critica-lixo-extraordinario-e-a-realidade-por-tras-da-obra-milionaria-177236/> [↑](#footnote-ref-4)
5. [Krenak - Povos Indígenas no Brasil (socioambiental.org)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AKrenak) [↑](#footnote-ref-5)
6. [Home - Livraria Maracá (livrariamaraca.com.br)](https://www.livrariamaraca.com.br/) [↑](#footnote-ref-6)